

**RELATÓRIO DO CONTROLE INTERNO DA PRESTAÇÃO DE
CONTAS DO EXERCÍCIO DE 2015**

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO ORIENTE

**SÃO JOÃO DO ORIENTE
MARÇO / 2016**

Prefeito Municipal

NOME	CPF
JOAQUIM COELHO DA SILVA	546.763.476-34

Integrante do Controle Interno

NOME	CPF
JOEL GONÇALVES NUNES	982.001.006-34

Índice

1. Apresentação

2. Introdução

- 3. Avaliação do cumprimento das metas previstas no Plano Plurianual e na Lei Orçamentária;**
- 4. Avaliação dos resultados quanto à eficiência e eficácia da gestão orçamentária;**
- 5. Avaliação dos resultados quanto à eficiência e eficácia da gestão financeira;**
- 6. Avaliação dos resultados quanto à eficiência e eficácia da gestão patrimonial;**
- 7. Cumprimento dos limites e das condições para a realização de operações de crédito;**
- 8. Análise da observância dos limites para inscrição de despesas em restos a pagar;**
- 9. Análise da observância dos limites e condições para a realização da despesa total com pessoal;**
- 10. Avaliação da aplicação dos recursos na manutenção e desenvolvimento do ensino, nos termos dos dispositivos constitucionais, da lei orgânica do município e demais legislações pertinentes;**
- 11. Avaliação da aplicação dos recursos nas ações e serviços públicos de saúde, nos termos dos dispositivos constitucionais e da lei orgânica do município;**
- 12. Informações quanto à destinação dos recursos obtidos com a alienação de ativos;**
- 13. Análise da observância do disposto no art. 29-A da Constituição da República, referente ao repasse mensal de recursos ao Poder Legislativo**
- 14. aplicação de recursos públicos realizada por entidades de direito privado;**
- 15. Avaliação sobre as providências adotadas pelo gestor para proteger o patrimônio público, em especial o ativo imobilizado;**

16. Termos de parceria firmados e participação do município em consórcio público, as respectivas leis e o impacto financeiro no orçamento;

17. Cumprimento, da parte dos representantes dos órgãos ou entidades do município, dos prazos de encaminhamento de informações, por meio do Sistema Informatizado de Contas dos Municípios (SICOM), nos termos do parágrafo único do art. 4º e do caput do art. 5º, ambos da IN 10, de 14 de dezembro de 2011, do TCEMG.

18. Parecer conclusivo

1. Apresentação

Nos termos do art. 74 da Constituição da República, art. 59 da Lei Complementar nº 101/00, art. 63 a 66 da Lei Complementar nº 102/2008 e em atendimento ao disposto na Instrução Normativa nº 02/2015 do TCE/MG, combinados com os artigos 75 a 80 da Lei n.º 4.320/64, apresenta-se o Relatório de Controle Interno da Prestação de Contas do exercício financeiro de 2015.

2. Introdução

No exercício de 2015, a Administração Pública Municipal de São João do Oriente, procurou através de seu corpo técnico atender todas as demandas geradas pela legislação.

Neste processo o Sistema de Controle Interno instalado nesta entidade, adotou uma postura preventiva, voltada para o presente e para o futuro, onde deixou de focar apenas a legalidade e passou a evidenciar a gestão sem prejuízo da legalidade.

Neste processo de Prestação de Contas foi examinado por este Controle Interno e verificamos que o mesmo encontra-se devidamente instruído, com os elementos de que se trata a Instrução Normativa 02/2015 do TCE/MG e representa de forma fidedigna as informações e os documentos que deram origem às peças contidas no processo.

A postura do Sistema de Controle Interno do município durante o exercício de 2015 foi a de atuar de forma integrada, visando o cumprimento dos programas e metas do governo, atendendo desta forma toda a legislação que rege a matéria.

3. Avaliação do cumprimento das metas previstas no Plano Plurianual e na Lei Orçamentária.

O Plano Plurianual – PPA foi utilizado como um instrumento de planejamento estratégico das ações deste governo, orientando inclusive a elaboração da Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO e da Lei Orçamentária Anual – LOA.

Procurou-se organizar todas as ações a serem desenvolvidas no Município em programas, compatibilizando-os aos recursos disponíveis, decorrentes do planejamento da receita e da despesa e da entrada e saída efetiva de recursos financeiros, destinados inclusive a financiar despesas de custeio.

A LDO estabeleceu-se como o elo entre o PPA e a LOA do nosso Município. Ao elaborar a LDO selecionou-se dentre os programas/ações estabelecidos no PPA, aqueles que se consideraram prioritários na execução da LOA.

Desta forma a LDO foi o instrumento de planejamento que estabeleceu as metas e prioridades da administração pública, incluindo as despesas de capital para o exercício financeiro subsequente, e que orientou a elaboração da LOA.

3.1. Ações e metas estabelecidas no PPA e na LOA

O valor das metas fixadas foi de R\$16.000.000,00 (dezesesseis milhões de reais) e valor realizado foi de R\$ 13.279.113,06 (treze milhões duzentos e setenta e nove mil, cento e treze reais e seis centavos).

4. Avaliação dos resultados quanto à eficiência e eficácia da gestão orçamentária

A LOA configurou-se em nosso Município como um instrumento de planejamento, indo além da mera estimativa de receita e despesa. Procurou-se, através da mesma, estabelecer políticas voltadas para o atendimento dos anseios da população, equacionando-as com os recursos disponíveis no Município.

4.1. Elaboração do Orçamento

A LOA do Município para o exercício financeiro de 2015 foi elaborada conforme disposições contidas na Lei nº 4.320/64, na Portaria nº 42/99, do Ministério de Estado do Orçamento e Gestão, na Portaria Interministerial da Secretaria do Tesouro Nacional do Ministério da Fazenda e da Secretaria de Orçamento Federal do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão nº 163/01 e suas alterações, nas demais Portarias da Secretaria do Tesouro Nacional do Ministério da Fazenda e nas e demais legislações pertinentes, tendo sido aprovada por meio da Lei n.º 1.124 de 26 de novembro de 2014.

Durante o processo de elaboração da proposta orçamentária, foram verificadas quais eram as demandas existentes no Município e as providências para o seu equacionamento, combinadas com aquelas definidas no PPA e na LDO e com a expectativa de receita para o exercício.

Com relação à estimativa da receita, procurou-se adotar os seguintes critérios:

- A previsão do repasse do ICMS e do FPM;
- A projeção das receitas de transferências de outros entes;
- A legislação vigente.

A fixação da despesa para cada unidade orçamentária decorreu do fato de examinar:

- Quais eram as demandas internas existentes, conjugada com a observação histórica das despesas efetivamente realizadas nos 03 (três) últimos exercícios financeiros;

- As metas previstas no PPA;
- As metas e prioridades definidas na LDO;
- A receita estimada;
- A legislação vigente.

A receita do Município foi, portanto, estimada em R\$16.000.000,00 (dezesseis milhões de reais) e a despesa foi fixada em igual valor, conforme demonstrado no quadro abaixo.

Quadro 2

LEI ORÇAMENTÁRIA EXERCÍCIO DE 2015			
RECEITA PREVISTA POR CATEGORIA	VALOR (R\$)	DESPESA FIXADA POR CATEGORIA	VALOR (R\$)
Receitas Correntes	16.116.623,20	Despesas Correntes	12.875.365,44
Receitas de Capital	1.979.270,00	Despesas de Capital	3.074.634,56
Deduções para o FUNDEB	-2.095.893,20	Reserva de Contingência	50.000,00
		Reserva Orçamentária	
TOTAL	16.000.000,00	TOTAL	16.000.000,00

Nota: Incluídas as receitas e despesas intraorçamentárias.

4.2. Execução do Orçamento

A execução orçamentária foi realizada segundo os mandamentos definidos na Lei nº 4.320/64, Lei nº 8.666/93, LRF e demais legislações pertinentes.

4.3. Balanço Orçamentário

Por meio do Balanço Orçamentário pode-se observar a capacidade de planejamento, uma vez que o mesmo demonstra as receitas e as despesas previstas, em confronto com as realizadas, bem como fornece condições para verificar de forma global, o desempenho desta administração em termos de arrecadação e do emprego dos recursos públicos.

Quadro 3

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO EXERCÍCIO DE 2015							
RECEITA				DESPESA			
TÍTULOS	PREVISÃO (R\$)	EXECUÇÃO (R\$)	DIFERENÇA (R\$)	TÍTULOS	FIXAÇÃO (R\$)	EXECUÇÃO (R\$)	DIFERENÇA (R\$)
Receitas Correntes	16.116.623,20	14.489.390,89	-1.627.232,31	Créd.Orçamentários e Suplementares	15.860.424,00	12.582.203,47	-3.278.220,53
Receitas de Capital	1.979.270,00	1.000.754,49	-978.515,51	Créditos Especiais	139.576,00	95.651,39	-43.924,61
Deduções para o FUNDEB	-2.095.893,20	-1.816.579,95	279.313,25	Créditos Extraordinários			
Soma	16.000.000,00	13.673.565,43	-2.326.434,57	Soma	16.000.000,00	12.677.854,86	-3.322.145,14
Déficit				Superávit		995.710,57	995.710,57
Total	16.000.000,00	13.673.565,43	-2.326.434,57	Total	16.000.000,00	13.673.565,43	-2.326.434,57

Nota: Neste quadro estão consolidados todos os valores da Administração Direta e Indireta.

O valor da receita orçada para o exercício foi de R\$16.000.000,00 (dezesesseis milhões de reais) e a efetivamente arrecadada totalizou o montante de 13.673.565,43 (treze milhões, seiscentos e setenta e três mil, quinhentos e sessenta e cinco reais e quarenta e três centavos), ocorrendo uma insuficiência de arrecadação no valor de R\$ 2.326.434,57 (dois milhões, trezentos e vinte e seis mil, quatrocentos e trinta e quatro reais e cinquenta e sete centavos).

4.4. Créditos adicionais

4.4.1. Créditos suplementares

Os créditos suplementares destinados ao reforço de dotações orçamentárias foram abertos em conformidade com o que prescreve o art. 40 da Lei nº 4.320/64 e art. 167, inciso V, da Constituição da República e respeitaram o limite autorizado na LOA e em leis especiais.

Os créditos suplementares atingiram o valor de R\$ 3.664.076,56 (três milhões seiscentos e sessenta e quatro mil, setenta e seis reais e cinquenta e seis centavos).

Quadro 4

APURAÇÃO DO LIMITE DE CRÉDITOS SUPLEMENTARES ABERTOS NO EXERCÍCIO – 2015		
Lei Orçamentária de 2015	R\$	16.000.000,00
(X) Limite dos Créditos Suplementares Autorizados pela Lei Orçamentária		40%
(=) Valor dos Créditos Suplementares Autorizados pela Lei Orçamentária	R\$	6.400.000,00
(+) Valor dos Créditos Suplementares Autorizados por Leis Específicas	R\$	0,00
(=) Total dos Créditos Suplementares Autorizados	R\$	6.400.000,00
(-) Total dos Créditos Suplementares Abertos no Exercício	R\$	3.664.076,56
(=) Diferença a Menor	R\$	2.735.923,44

4.5. Reserva de Contingência

Como não ocorreu nenhum fato relacionado a risco fiscal ou passivo contingente, a reserva de contingência foi utilizada como fonte de recursos para a abertura de créditos adicionais.

5. Avaliação dos resultados quanto à eficiência e eficácia da gestão financeira

O Balanço Financeiro demonstra os recebimentos e os pagamentos de natureza orçamentária e extraorçamentária ocorridos no exercício de 2015 conjugados com os saldos em espécie, provenientes do exercício anterior e os que se transferem para o exercício seguinte.

Em síntese, a execução financeira no exercício financeiro de 2015 assim pode ser demonstrada:

Quadro 5

BALANÇO FINANCEIRO			
EXERCÍCIO 2015			
INGRESSOS (R\$)		DISPÊNDIOS (R\$)	
Orçamentários	13.673.565,43	Orçamentários	12.677.854,86
Extraorçamentários	1.035.051,84	Extraorçamentários	1.340.953,38
SOMA	14.708.617,27	SOMA	14.018.808,24
Transferências Financeiras Recebidas	666.832,37	Transferências Financeiras Concedidas	667.411,41
Disponível no Período Anterior	742.609,51	Disponível para o Período Seguinte	1.431.839,50
TOTAL	16.118.059,15	TOTAL	16.118.059,15

Nota: Neste quadro estão consolidados todos os valores da Administração Direta e Indireta.

Procedimentos adotados relativos à execução financeira:

- As receitas foram registradas pelo Regime de Caixa e as despesas pelo Regime de Competência;
- O processo de pagamento assegura que foram cumpridas todas as formalidades legais;
- As conciliações bancárias foram elaboradas mensalmente;
- Os recursos vinculados foram devidamente aplicados nas finalidades específicas, sendo que os saldos não aplicados mantiveram-se na conta bancária vinculada para ser aplicado no exercício seguinte, conforme determina o parágrafo único, do art. 8º, da Lei de Responsabilidade Fiscal;
- Os rendimentos de aplicações financeiras de recursos vinculados foram devidamente aplicados nas finalidades específicas;
- As despesas orçamentárias pendentes de quitação até o dia 31/12/2015 foram inscritas em Restos a Pagar, utilizando-se como contrapartida a receita extraorçamentária;
- O balanço financeiro confere com o quadro de apuração de receitas e despesas.

6. Avaliação dos resultados quanto à eficiência e eficácia da gestão patrimonial

De forma resumida, assim pode ser demonstrado o patrimônio do Município nos exercícios de 2014 e 2015:

6.1. Comparativo do Balanço Patrimonial

Quadro 6

COMPARATIVO DO BALANÇO PATRIMONIAL					
EXERCÍCIOS DE 2014 e 2015					
ATIVO			PASSIVO		
TÍTULOS	2014 (R\$)	2015 (R\$)	TÍTULOS	2014 (R\$)	2015 (R\$)

Financeiro	782.476,97	817.810,77	Financeiro	896.961,44	-48.381,69
Permanente	9.257.654,91	9.257.654,91	Permanente	145.977,42	72.657,29
Soma do Ativo Real	10.040.131,88	10.075.465,68	Soma do Passivo Real	1.042.938,86	24.275,60
Passivo Real a Desc.			Ativo Real Líquido	8.997.193,02	10.051.190,08
Compensado			Compensado		
TOTAL	10.040.131,88	10.075.465,68	TOTAL	10.040.131,88	10.075.465,68

Nota: Neste quadro estão consolidados todos os valores da Administração Direta e Indireta.

O Balanço Patrimonial demonstra a posição patrimonial da entidade no final do período, com detalhe das contas representativas das disponibilidades de bens, direitos e obrigações, evidenciando o saldo patrimonial da entidade - patrimônio líquido.

Os saldos iniciais de todas as contas são idênticos ao saldo final apresentado no Balanço Patrimonial do exercício anterior.

Ativo Financeiro

- Caixa - constam valores em caixa, conforme verificação efetuada no Balanço Financeiro e no Termo de Conferência de Caixa em 31/12/2015.
- Bancos - os saldos dos bancos conferem com os extratos bancários devidamente conciliados em 31/12/2015.
- Devedores Diversos - o saldo de devedores diversos confere com os créditos da entidade com terceiros de curto prazo.

Ativo Permanente

- Bens Móveis, Imóveis e de Natureza Industrial – os saldos dos Bens Móveis, Imóveis e de Natureza Industrial conferem com os demonstrativos contábeis.
- Almoxarifado – foi realizado lançamento de entrada e saída. Salientamos que o procedimento foi adotado uma vez que os bens de estoque são adquiridos para consumo imediato.
- Dívida Ativa Tributária - o saldo da Dívida Ativa Tributária confere com a Declaração do Setor de Tributação em 31/12.

Passivo Financeiro

- Restos a pagar de 2015 – os valores demonstrados no Balanço Patrimonial e no Memorial de Restos a Pagar, estão em igualdade de valores.
- Restos a Pagar de exercícios anteriores - os saldos dos Restos a Pagar dos exercícios anteriores conferem com as respectivas notas de empenhos a pagar.
- Depósitos - os saldos dos depósitos em consignações conferem com os valores a recolher para terceiros em curto prazo.

Passivo Permanente

- Dívida Fundada Interna - os saldos dos empréstimos, financiamentos e parcelamentos conferem com as Certidões/Declarações expedidas pelas entidades credoras em 31/12/2015.

Saldo Patrimonial

O saldo patrimonial é a diferença entre a soma do Ativo Real e a soma do Passivo Real. Quando a diferença é positiva apura-se o Ativo Real Líquido, caso contrário apura-se o Passivo Real a Descoberto.

Em 2015, apurou-se um Ativo Real Líquido de R\$ 10.051.190,08 (dez milhões, cinquenta e um mil, cento e noventa reais e oito centavos).

6.2. Demonstração das Variações Patrimoniais

Quadro 7

DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS			
EXERCÍCIO DE 2015			
VARIAÇÕES ATIVAS	VALOR (R\$)	VARIAÇÕES PASSIVAS	VALOR (R\$)
Resultantes da Execução Orçamentária	13.912.885,56	Resultantes da Execução Orçamentária	12.677.854,86
Receita Orçamentária	13.673.565,43	Despesa Orçamentária	12.677.854,86
Mutações Patrimoniais	239.320,13	Mutações Patrimoniais	
Independentes da Execução Orçamentária		Independentes da Execução Orçamentária	181.033,64
Total das Variações Ativas	13.912.885,56	Total das Variações Passivas	12.858.888,50
Déficit		Superávit	1.053.997,06
Total Geral	13.912.885,56	Total Geral	13.912.885,56

Nota: Neste quadro estão consolidados todos os valores da Administração Direta e Indireta.

A Demonstração das Variações Patrimoniais evidencia as alterações ocorridas no patrimônio durante o exercício, que são resultantes ou independentes da execução orçamentária, evidenciando o resultado patrimonial apurado no exercício.

Mutações Patrimoniais - Ativas

- O total de bens móveis incorporados por aquisição confere com o total da despesa realizada no elemento 44905200 – Equipamentos e Material Permanente;
- O total de bens imóveis de domínio patrimonial incorporados por aquisição e construção confere com a despesa realizada nos elementos 44905100 – Obras e Instalações;
- O total de baixa por amortização da Dívida Fundada Interna confere com o total da despesa realizada nos elementos: 46907100 – Principal da Dívida Contratual Resgatado;

Mutações Patrimoniais - Passivas

- O total de bens imóveis desincorporados por alienação confere com a receita arrecadada.

Independentes da Execução Orçamentária - Ativas

- Os valores de incorporações de bens por verificação, recadastramento, transferências e doações conferem com a Demonstração dos Bens Incorporados;
- O valor das entradas no almoxarifado confere com o valor apurado, visto que as compras são feitas apenas para consumo imediato.

Independentes da Execução Orçamentária - Passivas

- O valor das baixas no almoxarifado confere com o valor apurado, visto que as compras são feitas apenas para consumo imediato;

Resultado Patrimonial

O resultado patrimonial é a diferença entre as Variações Patrimoniais Ativas e as Passivas e representa as alterações patrimoniais do exercício.

Em 2015, apurou-se um superávit de R\$ 1.053.997,06 (um milhão, cinquenta e três mil, novecentos e noventa e sete reais e seis centavos).

6.3. Demonstração da Dívida Fundada Interna

Quadro 8

DEMONSTRAÇÃO DA DÍVIDA FUNDADA INTERNA						
EXERCÍCIO DE 2015						
TÍTULOS	Saldo Anterior	Emissão	Atualização	Resgate	Cancelamento	Saldo Atual
Por Contratos	145.977,42	60.000,00	0,00	239.320,13	0,00	72.657,29
Por Títulos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total Geral	145.977,42	60.000,00	106.000,00	239.320,13	0,00	72.657,29

Nota: Neste quadro estão consolidados todos os valores da Administração Direta e Indireta, inclusive as dívidas entre entidades da mesma esfera governamental.

Este quadro demonstra a dívida de longo prazo, ou seja, a dívida com prazo de pagamento superior a 12 meses. Todas as obrigações de longo prazo estão corretamente demonstradas na Dívida Fundada.

- O saldo anterior apresentado na Demonstração da Dívida Fundada confere com o saldo apurado no final do ano anterior.

O valor da amortização, apresentado na Demonstração da Dívida Fundada, confere com a despesa contabilizada nos elementos de despesa: 46907100.

6.4. Limites da Dívida

Quadro 9

APURAÇÃO DOS LIMITES DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA EXERCÍCIO DE 2015		
TÍTULOS	2014 (R\$)	2015 (R\$)
Dívida Consolidada Líquida (A)	185.780,67	72.657,29
Receita Corrente Líquida (B)	11.842.015,51	12.672.810,94
Comprometimento da Dívida Consolidada Líquida em relação à Receita Corrente Líquida (A / B)	1,57	0,57
Limite de máximo de endividamento em 2011 (1,2 ou o índice apurado conforme artigos 3º e 4º da Resolução 40/01 do Senado Federal e suas alterações.)		120

Nota: Neste quadro estão consolidados todos os valores da Administração Direta e Indireta.

6.5. Demonstração da Dívida Flutuante

Quadro 10

DEMONSTRAÇÃO DA DÍVIDA FLUTUANTE EXERCÍCIO DE 2015						
TÍTULOS	Saldo Anterior	Inscrição	Restabelecimento	Baixa	Cancelamento	Saldo Final
Restos a Pagar processados	329.644,59	0,00	0,00	96.063,35	0,00	233.581,24
Restos a Pagar não processados	366.963,00	86.123,91	0,00	335.354,95	0,00	117.731,96
Serviços da Dívida a Pagar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Depósitos	194.399,51	922.275,16	15.033,64	883.910,38	0,00	247.797,93
Débitos de Tesouraria	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total Geral	891.007,10	1.008.399,07	15.033,64	1.315.328,68	0,00	599.111,13

Nota: Neste quadro estão consolidados todos os valores da Administração Direta e Indireta.

Este quadro demonstra a dívida de curto prazo, ou seja, a dívida com prazo de vencimento inferior a 12 meses. Todas as obrigações do Município de curto prazo (Restos a Pagar, Serviços da Dívida a Pagar, Depósitos, Débitos de Tesouraria) estão corretamente demonstradas na Dívida Flutuante.

- Os saldos anteriores conferem com o saldo final apresentado no exercício anterior.
- O valor das inscrições confere com as receitas extraorçamentárias e o valor das baixas confere com as despesas extraorçamentárias demonstradas no Balanço Financeiro.
- Os cancelamentos de valores da Dívida Flutuante foram decorrentes de acertos de saldo.

6.6. Demonstração dos Devedores Diversos

Quadro 11

DEMONSTRAÇÃO DOS DEVEDORES DIVERSOS						
EXERCÍCIO DE 2015						
TÍTULOS	Saldo Anterior	Inscrição	Restabelecimento	Baixa	Cancelamento	Saldo Final
Diferença empréstimos consignados 12/2012	2.085,01	0,00	0,00	0,00	0,00	2.085,01
Pensão Alimentícia	125,00	3.585,61	0,00	3.678,91	0,00	31,70
Salário Família	4.779,31	17.029,03	0,00	17.990,00	0,00	3.818,34
Salário Família (CAM)	0,00	288,20	0,00	262,00	0,00	26,20
Salário Maternidade	14.393,80	4.721,86	0,00	4.721,86	0,00	14.393,80
Total Geral	21.383,12	25.624,70	0,00	26.652,77	0,00	20.355,05

Nota: Neste quadro estão consolidados todos os valores da Administração Direta e Indireta.

Este quadro demonstra os créditos de curto prazo, ou seja, os créditos com prazo de vencimento inferior a 12 meses. Todos os créditos do Município de curto prazo estão corretamente demonstrados no quadro Devedores Diversos.

- Os saldos anteriores conferem com o saldo final apresentado no exercício anterior.
- O valor das inscrições confere com as despesas extraorçamentárias demonstradas no Balanço Financeiro.
- O valor das baixas confere com as receitas extraorçamentárias demonstradas no Balanço Financeiro.
- Os cancelamentos foram decorrentes de acertos de saldo.

7. Cumprimento dos limites e das condições para a realização de operações de crédito.

O Município não firmou operação de crédito em 2015.

8. Análise da observância dos limites para inscrição de despesas em restos a pagar

◆ Prefeitura

Quanto aos Restos a Pagar inscritos no exercício, estes estão dentro dos preceitos da Lei Complementar nº 101/2000, totalizando o montante de 35.069,54 (trinta e cinco mil, sessenta e nove reais e cinquenta e quatro centavos), processados.

9. Análise da observância dos limites e condições para a realização da despesa total com pessoal

Quadro 12

DESPESA TOTAL COM PESSOAL EXERCÍCIO DE 2015		
TÍTULOS	R\$	%
Receita Corrente Líquida (A)	12.672.810,94	100,00
Gastos com Pessoal do Município (B) (percentual = B/A x 100)	6.689.676,56	52,79
Gastos com Pessoal do Poder Executivo (C) (percentual = C/A x 100)	6.222.605,13	49,10
Gastos com Pessoal do Poder Legislativo (D) (percentual = D/A x 100)	467.071,43	3,69

Nota: Neste Quadro estão consolidados todos os valores da Administração Direta e Indireta.

A apuração da despesa com pessoal ocorreu ao final de cada mês, tomando-se por base os gastos no mês de referência mais os gastos dos onze meses anteriores, adotando-se o regime de competência, conforme determina o § 2º, do art. 18, da Lei de Responsabilidade Fiscal.

De acordo com a Lei de Responsabilidade Fiscal, os gastos com pessoal do Município não poderão exceder a 60% da Receita Corrente Líquida apurada no período, sendo que os gastos do Poder Legislativo não poderão exceder a 6% e os do Poder Executivo a 54%. Demonstra-se no quadro acima os gastos com pessoal realizados pelo Município, o qual evidencia o cumprimento da norma legal.

10. Avaliação da aplicação dos recursos na manutenção e desenvolvimento do ensino, nos termos dos dispositivos constitucionais, da lei orgânica do município e demais legislações pertinentes.

10.1. Aplicação na manutenção e desenvolvimento do ensino

Quadro 13

APLICAÇÃO NA MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO EXERCÍCIO DE 2015	
TÍTULOS	VALOR (R\$) e PERCENTUAL (%)
Receita de Impostos, Transferências Constitucionais, Multas e Juros de Mora dos Impostos e Receita da Dívida Ativa dos Impostos (A)	9.938.118,75
Gastos com a Manutenção e Desenvolvimento do Ensino (Infantil, Fundamental, Especial, Educação de Jovens e Adultos) (B)	2.606.620,02
Percentual Aplicado na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino (B+C/A) *100%	26,23

Conforme pode ser observado, os gastos com a manutenção e desenvolvimento do ensino foram superiores a 25% (vinte e cinco por cento) da base de cálculo,

atendendo o disposto no art. 212 da Constituição da República e o art. 69 da Lei nº 9.394/1996.

10.2. Aplicação dos Recursos do FUNDEB – Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação

Quadro 14

APLICAÇÃO DOS RECURSOS DO FUNDEB - FUNDO DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA E DE VALORIZAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO EXERCÍCIO DE 2015	
TÍTULOS	VALOR (R\$)
Receitas Recebidas no Exercício (incluindo aplicações financeiras) (A)	1.641.227,23
Saldo bancário do exercício anterior	13.466,37
Soma	1.326.445,40
Despesas Empenhadas no Exercício (B)	1.473.176,98
Percentual dos Recursos Recebidos e Aplicados no Exercício [C = B/A) * 100%]	100
Despesas Empenhadas no Exercício c/a Remuneração dos Profis.Magistério (D)	1.036.880,10
Percentual Aplicado na Remuneração dos Profissionais do Magistério [E = (D/A) * 100%]	63,18

Conforme pode ser observado, os gastos com a remuneração dos Profissionais do Magistério com recursos do FUNDEB superaram o limite mínimo de 60% (sessenta por cento) da receita arrecadada, atendendo a determinação do art. 22 da Lei nº 11.494/2007.

11. Avaliação da aplicação dos recursos nas ações e serviços públicos de saúde, nos termos dos dispositivos constitucionais e da lei orgânica do município.

A Emenda Constitucional nº 29, de 13 de setembro de 2000, definiu que o limite a ser aplicado nas ações e serviços públicos de saúde deverá ser equivalente a, no mínimo, 15% (quinze por cento) do produto da arrecadação dos impostos e transferências, a partir do exercício de 2004.

No quadro abaixo, resumidamente estão demonstradas a base de cálculo e as despesas realizadas com os recursos destinados às ações e serviços públicos de saúde, do Município de São João do Oriente, no decorrer do exercício de 2015.

Quadro 15

APLICAÇÃO NAS AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE EXERCÍCIO DE 2015		
TÍTULOS	VALOR	%
Receita de Impostos, Transferências Constitucionais, Multas e Juros de Mora dos Impostos e Receita da Dívida Ativa dos Impostos (A)	R\$ 9.549.670,28	100%

Gastos nas Ações e Serv. Públicos de Saúde com recursos próprios (B) [percentual = (B/A) *100]	R\$	2.118.701,43	22,19%
--	-----	--------------	---------------

Da leitura do quadro acima, vê-se que no exercício de 2015 o Município aplicou, nas ações e serviços públicos de saúde, com recursos próprios, mais do que 15% (quinze por cento) da base de cálculo, atendendo assim a exigência legal.

12. Informações quanto à destinação dos recursos obtidos com a alienação de ativos

Quadro 16

ORIGEM E APLICAÇÃO DOS RECURSOS DE ALIENAÇÃO DE ATIVOS EXERCÍCIO DE 2015		
HISTÓRICO	INGRESSO (R\$)	APLICAÇÃO (R\$)
Saldo do exercício anterior: R\$10.516,54	9.125,82	2.500,00
Totais	9.125,82	2.500,00
Saldo para o exercício seguinte:		17.142,36

13. Análise da observância do disposto no artigo 29-A da Constituição da República, referente ao repasse mensal de recursos ao Poder Legislativo

Quadro 17

REPASSES EFETUADOS AO PODER LEGISLATIVO EXERCÍCIO DE 2015			
Receita Tributária, Transferências Constitucionais, Receita da Dívida Ativa Tributária, Multas e Juros decorrentes de Receitas Tributárias, arrecadadas em 2014.	Limite Máximo de Repasses em 2015: 7% das receitas arrecadadas em 2014, conforme primeira coluna.	Valor do Repasse Previsto na Lei Orçamentária Anual (Proporção fixada na LOA)	Repasse Realizado
R\$ 9.474.636,01	R\$ 663.224,52	R\$770.000,00	R\$ 653.447,16

Cumpra aduzir que, de acordo com o art. 29-A da Constituição da República, o total das despesas do Poder Legislativo dos Municípios não poderá ultrapassar o limite máximo, de acordo com a população de cada Município, das receitas tributárias e das transferências constitucionais efetivamente arrecadadas no exercício imediatamente anterior, conforme determina o art. 29-A da Constituição da República.

Os repasses ao Poder Legislativo totalizaram o montante de R\$ 653.447,16 (seiscentos e cinquenta e três mil, quatrocentos e quarenta e sete reais e dezesseis centavos) no exercício financeiro de 2015, estando dentro dos limites constitucionais vigentes.

14. Aplicação de recursos públicos realizada por entidades de direito privado;

Não houve recursos públicos transferidos para entidades privadas.

15. Avaliação sobre as providências adotadas pelo gestor para proteger o patrimônio público, em especial o ativo imobilizado.

No exercício de 2015, não ocorreram atos e/ou ações que provocaram danos ao erário. Quanto aos bens móveis e imóveis, está em andamento um recadastramento de bens e reavaliação dos mesmos para atendimento às NBCASP, com os dados já sendo inseridos no sistema integrado com o qual o Município mantém contrato.

16. Termos de parceria firmados e participação do município em consórcio público, as respectivas leis e o impacto financeiro no orçamento;

Foi firmado contrato de rateio com o CONSAÚDE – Consórcio Intermunicipal de Saúde do Vale do Aço para despesas administrativas. O protocolo de intenções foi aprovado por meio da Lei Municipal nº 1.039/2011.

Pelo contrato de rateio, foi repassado o valor total de R\$ 29.106,00 (vinte e nove mil cento e seis reais).

Foi ainda firmado um contrato de prestação de serviços para atendimento aos usuários do município por meio de consultas e exames especializados.

Neste contrato foi pago o valor de R\$ 65.730,93 (sessenta e cinco mil, setecentos e trinta reais e noventa e três centavos).

Foi ainda celebrado contrato de rateio com o CIDES-LESTE- CONSÓRCIO INTER.DESENVOL.ECON.SOCIAL DO LESTE DE MINAS para o custeio das despesas administrativas do consórcio tendo com finalidade precípua a manutenção do serviço de iluminação pública do Município, cujo valor repassado no exercício de 2015 foi de R\$ 16.610,00 (dezesseis, seiscentos e dez reais).

17. Cumprimento, da parte dos representantes dos órgãos ou entidades do município, dos prazos de encaminhamento de informações, por meio do Sistema Informatizado de Contas dos Municípios (SICOM), nos termos do parágrafo único do art. 4º e do caput do art. 5º, ambos da IN 10, de 14 de dezembro de 2011, do TCEMG.

Quanto ao cumprimento dos prazos para envio das remessas do SICOM (IP e AM), estes foram cumpridos, mas houve a necessidade de reenviar todas as competências do exercício de 2015 para adequação às mudanças do layout do SICOM.

Outra causa dos diversos reenvios foi o atraso da empresa de informática em adequar os sistemas às exigências do TCEMG.

18. Parecer conclusivo

O Prefeito Municipal de São João do Oriente/MG, com base nas informações prestadas pelo controlador interno, conclui pela aprovação do mesmo, na forma da lei.

São João do Oriente, 28 de março de 2016.

Joaquim Coelho da Silva
Prefeito Municipal